

Crise Ambiental: uma análise preliminar perspectivada no materialismo histórico dialético.

Rafaela Maria Teixeira Teófilo
Graduanda em Pedagogia
Pesquisadora IMO/UECE

Felipe Guilherme de Souza
Mestrando em Educação
Pesquisador IMO/UECE

Suzana Jimenez
Pós-doutora, Professora do Centro de Educação UECE
Diretora-pesquisadora IMO/UECE

Este artigo está atrelado aos projetos de pesquisa O Movimento de Educação para Todos e a crítica marxista, concluído no início de 2011; e O complexo da educação e a educação ambiental para a sustentabilidade do capitalismo contemporâneo, desenvolvidos no Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO da Universidade Estadual do Ceará. Partindo de uma análise teórico-bibliográfica, demonstramos a necessidade e urgência de confluir o debate e a análise da crise ambiental à perspectiva radical da filosofia materialista histórico dialética, destacando a teoria marxiana e seus fundamentos onto-filosóficos como perspectiva norteadora de uma análise da produção capitalista em sua totalidade, desvelando a essência dos problemas ambientais que assolam a sociedade. Nesse intuito, discorreremos sobre o metabolismo entre homem e natureza e a deformação deste na sociedade capitalista, denominada por Marx de “falha metabólica”, corroborando que as consequências dessa ruptura, põem em risco tanto a natureza como o ser humano. Perpassamos ainda, brevemente, sobre os movimentos “verdes”, vinculados à teoria pós-moderna, que fazem uma análise culturalista da realidade, evidenciando seus limites teóricos e práticos, propostos dentro da sociedade orientada para acumulação do lucro, descortinando, ademais, seu caráter reformista e mistificador. Nesse sentido, compreendemos que uma relação harmônica entre homem e natureza, em uma sociedade fundamentada na exploração do homem pelo homem, é impraticável, sendo necessária a superação da ordem produtiva atual como opção radical de transformação das relações sociais, tendo como condição *sine qua non* para emancipação humana o trabalho livre e associado instaurado por uma revolução socialista.

Palavras-chave: crise ambiental, falha metabólica, materialismo histórico dialético, emancipação humana.

Introdução

Neste artigo explicitamos a relevância de realizar uma análise da crise ambiental fundamentada nos pressupostos da filosofia materialista histórico dialética, a qual reconhece o homem como ser genérico, portanto, um ser integrante da natureza. No entanto, o distingue dos seres orgânicos, especificamente pelo caráter de sua atividade vital, sendo esta, no primeiro, uma conformação ativa e consciente, e no segundo, uma forma passiva, ainda regida pelas leis biológicas.

Pode-se afirmar, dessa maneira, que o ser social é fundado na medida em que funda o trabalho, e é a partir deste que o homem engendra a história humana na sua relação com a sua base material, a natureza. Marx, em seus *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, constata que a natureza é, em suma, a extensão do corpo humano. Nessa

perspectiva, compreendemos a relação indissolúvel entre homem e natureza, sendo o trabalho o ato em que essa indissociabilidade se consubstancia em um processo metabólico, controlado intencionalmente pelo homem.

Limites teóricos e práticos das teorias “verdes”

Atualmente a crise ambiental vem sendo discutida globalmente, os governos e a sociedade civil buscam soluções emergenciais para os crescentes problemas ambientais. Segundo adverte Dantas (2011), as perdas florestais acontecem em escalas maciças, áreas quase proporcionais a uma França por ano; são atirados na atmosfera toneladas de carbonos, pela queima dos combustíveis fósseis e das florestas, e é crescente o buraco da camada de ozônio.

Em 28 de março do ano corrente, foi divulgado, um novo relatório do Grupo Intergovernamental de Especialistas sobre a Mudança Climática (IPCC), no qual foi previsto que se o atual ritmo de contaminação com gases-estufa for mantido, pode alcançar graus preocupantes ainda durante este século. De acordo com as pesquisas, a partir de 1950 foram registradas um maior número de ondas de calor e temperaturas mais elevadas do que nas décadas anteriores.

É nesse contexto de hecatombe ambiental, que se avolumam diversas correntes ecológicas, lançando mão de conceitos como “eco-capitalismo, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade ecológica”.

As discussões da problemática ambiental ganharam foco no período de pós-guerra e se intensificam na década de 70, atingindo âmbito global. A Primeira Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente, foi realizada em 1972 na cidade de Estocolmo na Suécia, como afirmam, Jimenez e Terceiro (2009) onde foi defendido o conceito de “eco desenvolvimento”, que posteriormente daria alicerce para o conceito de “desenvolvimento sustentável”, que segundo as autoras:

traduziria o novo paradigma de orientação quanto ao relacionamento da sociedade e da economia com a natureza, no sentido de atender as necessidades do presente, com incremento da qualidade de vida, do progresso econômico, da justiça social e da qualidade ambiental, sem, no entanto, comprometer as chances de plena sobrevivência das gerações futuras pela devastação do meio-ambiente. (p.307)

O desenvolvimento sustentável tornou-se um dos temas mais abordados pelos capitalistas e o governo, na tentativa de criar metas que possibilitem harmonizar desenvolvimento do capital - resguardando o lucro dos grandes proprietários - e a preservação do meio ambiente, seus defensores, e os movimentos ambientais que lhe

seguem baseiam-se em uma teoria de abordagem culturalista, quando não holística, a qual centraliza as análises dos problemas ambientais nos sujeitos individuais, sendo que todos os indivíduos são apontados como responsáveis, na mesma proporção, pela devastação da natureza e por suas possíveis soluções, por meio de ações individuais, emanadas da construção, através da educação para a sustentabilidade, ou de uma consciência ecológica.

Porém, “nos marcos do capitalismo, na ótica de Marx, essa possibilidade, da sustentabilidade, inexistente” (DANTAS, 2011), como demonstra bem o autor, citando Galafassi;

Nunca se pode ignorar que, sob a lógica dominante, a primeira coisa a ser sustentável deve ser a taxa de lucro. Portanto, não é possível nenhum tipo de desenvolvimento real e profundamente sustentável se antes não se muda radicalmente a lógica instrumental que sustenta toda a sociedade de mercado, já que mercado capitalista é sinônimo irremediavelmente de predação e degradação. (p.90)

Dantas afirma, que o problema dessas práticas “vem a ser precisamente o da ilusão a respeito de reformas profundas contra a acelerada crise ambiental, nos marcos do capitalismo”. Ou seja, reformas através de leis melhores, de votação em candidatos “verdes” ou de “pressão cidadã”, acreditam aqueles, que essas ações, por si só, podem conduzir reformas que desviarão o planeta da catástrofe ecológica. Elucida ainda, o quanto este pensamento utópico:

cumprir um papel nefasto ao desviar os trabalhadores e sua vanguarda do único caminho e da única estratégia que, pode colocar a ciência a favor da sociedade e fazer com que esta venha a se rearticular, em equilíbrio dinâmico, com a natureza (o chamado desenvolvimento sustentável). (DANTAS, 2011, p. 24)

Logo, estes movimentos – mesmo salientando a relevância de suas ações - não conseguem ir além de propor soluções que não ultrapassam o campo das reformas pontuais. Não questionam a produção desenfreada das grandes empresas que visam o lucro acima da sustentabilidade ecológica e da própria vida humana, devastando e degradando a natureza de maneira maquinal. Estes grupos não ponderam o fato de que, dentro da sociedade capitalista, a natureza e o homem são tomados, pelo Estado e pelas grandes empresas, como mercadorias, utilizadas para produzir, segundo Marx, a “mercadoria-das-mercadorias”, o dinheiro. “Assim, tais projetos de mudança giram nos contornos da ciranda das próprias relações capitalistas, sem levar em conta que estas

colocam limites estruturais, insuperáveis a efetivação do eco-desenvolvimento.” (JIMENEZ E TERCEIRO, 2009).

Demonstram as autoras, assim, que desse modo, as teorias “verdes” “estendem um manto de silêncio sobre a necessidade de superação da propriedade privada que, não haveria como negarmos, avança com crescente avidez sobre os recursos do planeta.” (JIMENEZ E TERCEIRO, 2009). A produção capitalista, geradora dessa crise e de todas as mazelas sociais, como afirma Dantas (2011), “chegou-se ao risco de comprometer profundamente o presente e o futuro do planeta”, exemplificando os investimentos na produção de plutônio nas centrais nucleares e produções de bombas, o qual necessita de 25 mil anos para perder apenas a metade de sua radioatividade, ressaltando assim o autor, que “não existe nada mais sujo e nem mais perigoso criado pela sociedade”.

Dessa forma, é proeminente que os chamados movimentos “verdes” são incapazes de solucionar os problemas ambientais, por motivos teóricos e práticos, já que não conseguem realizar uma análise que atinja a raiz desses problemas, e não alcançam o que de fato gera esta crise, assim como a própria corrosão dos valores humanos, que desencadeiam o desequilíbrio na relação homem-natureza. Dantas (2007), citando Foladori, ratifica esta questão:

A tendência à produção ilimitada é o resultado direto e necessário de uma organização econômica que gira em torno da produção de lucro e não da satisfação das necessidades. Por isso, é impossível entender a crise ambiental sem partir da compreensão da dinâmica econômica da sociedade capitalista. Por isso, também, resultam fúteis as críticas à produção ilimitada que não encaram, ao mesmo tempo, as críticas à organização capitalista da sociedade humana. (p.86)

Uma análise ambiental preliminar sob a luz do materialismo histórico

Após evidenciar os limites das teorias “verdes”, pretendemos evidenciar a importância e urgência de centrar as discussões e análises da problemática da crise ambiental na perspectiva radical do materialismo histórico e dialético, demonstrando a capacidade que o método marxista tem de analisar profundamente a produção capitalista e abarcar as reais causas dos problemas ambientais.

A filosofia materialista dialética considera a unidade entre o homem e a natureza como necessária para o desenvolvimento da humanidade e da sociedade, pois o homem é a própria natureza e só se faz homem através desse metabolismo mediado pelo trabalho.

O Trabalho é definido por Marx, como um processo “*metabólico*” entre homem e natureza. Clark e Foster (2009) demonstram este entendimento de trabalho em Marx ao citá-lo, quando ele afirma que , “antes de tudo, o trabalho, é um processo entre homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. Os autores asseveram ainda, que esta concepção demonstra tanto o “caráter social do trabalho, associado à sua reprodução sociometabólica quanto o seu caráter ecológico, demandando uma relação dialética continua com a natureza”.

Desta maneira, compreendemos a partir da obra de Marx, que os seres humanos necessitam de forma imanente, para sua sobrevivência - reprodução da vida - realizar o metabolismo com a natureza, através do trabalho. Já que só se constitui enquanto gênero humano quando objetiva uma interação contínua com a natureza, e para tanto, a existência de vínculo orgânico entre ambos é fundamental.

Dantas (2007) demonstra que na sociedade capitalista, o metabolismo – essencial à vida humana - é deformado, pois:

No capitalismo, a “interação” (melhor: metabolismo) dos homens com a natureza se dará mediada pelo objetivo da acumulação de mercadorias, acumulação do capital. A produção será um **meio** para valorizar o capital. O objetivo da atividade econômica será aplicar um montante de capital para valorizar este mesmo capital. (p.87)

Ao se estabelecer a sociedade de classes, o trabalho livre, protoforma do ser social, é eliminado, logo a relação do homem com a natureza- metabolismo - passa por uma alteração. O homem torna-se alienado de si mesmo e da natureza, a extensão de seu corpo, dessa maneira, de acordo com Dantas (2007), “a produção – ou relação dos homens com a natureza através do trabalho – se recompõe, tendo como objetivo a acumulação de capital, de mercadoria” gerando assim, a “falha metabólica”.

Logo, é possível demonstrar, baseando-se em Dantas, que a falha metabólica, ou a relação alienada entre homem-natureza é inerente a uma sociedade que tem como objetivo crucial, no seu modo de produção, a acumulação do capital e não a de atender as necessidades humanas. Destarte, “não se trata estritamente de um problema que nasce da lógica ou da cultura, mas das relações materiais de produção fundadas na exploração do trabalho humano” (DANTAS, 2007).

A análise baseada no materialismo histórico parte, do fato que os problemas ambientais são conseqüências da organização social em que a natureza está assentada à categoria de mercadoria. E que estes problemas surgem das relações materiais de

produção, fundadas na exploração do trabalho humano, ou seja, na corrida pela acumulação de capital que deforma também a cultura e os valores.

Entendemos, por conseguinte, que o materialismo histórico ultrapassa a falsa imparcialidade dos discursos contemporâneos sobre a crise ambiental e desvela radicalmente que a organização social que se encontra instalada atualmente desenvolve-se sobre a degradação do homem e da natureza destruindo todas as possibilidades de uma relação equilibrada e consciente entre estes.

A necessidade de expansão e produção contínua, que são essenciais para a existência da sociedade burguesa, torna o sistema do capital irracional, porém, este não admite, pela lógica de acumular lucro, que sua perpetuação pode levar à destruição da natureza e da raça humana.

Portanto, qualquer análise que não estabeleça a ligação dos problemas ambientais, com a forma de organização das forças produtivas que transformou todos os seres em mercadoria - objetos comercializáveis – na qual o pressuposto para o acesso aos bens materiais e imateriais essenciais a vida humana é o dinheiro, e não a necessidade, será uma análise superficial e limitada.

Uma análise da realidade que despreza que na sociedade capitalista, pertencer ao gênero humano não é o bastante para se ter garantia de sobrevivência e acesso ao que o homem construiu historicamente - pelo contrário, é exigido que se tenha dinheiro para comer, ter moradia, ter acesso a arte, a educação, a cultura, e a vida – será incorreta, e mistificará a mesma realidade, cairá no discurso abstrato e idealista, e perpetuará a exploração do homem pelo homem.

A ideologia dominante lança mão de inúmeras teorias baseadas no idealismo, para garantir que a realidade desigual, mantida pela divisão de classes da sociedade capitalista, seja considerada como um fenômeno inerente ao mundo dos homens, apresentando-o como um ser “egoísta por natureza”, como afirma o filósofo idealista alemão Schopenhauer. Para essa filosofia todos os problemas, sociais e econômicos - causados pela apropriação capitalista das forças produtivas e alienação do trabalho - são intrínsecos à humanidade, portanto imutáveis.

Para contrapor este discurso liberal, citamos Dantas (2007):

Marx nos remete para a idéia de que não se trata da relação entre os indivíduos e o meio ambiente, e sim dos homens organizados em sociedade. Sob o império da economia movida pelo lucro. E assim sendo, enquanto não prevalecer a cooperação entre os homens, não há chance de harmonização da relação sociedade-natureza (p.82).

Destarte, a análise fundamentada no método marxista, jamais descartaria o fato de que vivemos em uma sociedade instalada na exploração do homem, pelo contrário ratificamos que essa é a causa fundamental da degradação ambiental e humana. Entendemos que a essência do problema “é a organização da sociedade pelo lucro, pelo capital. Todo lamento e toda denúncia que paire aquém dessa compreensão não será mais que um lamento, não irá além da denuncia”, conforme Dantas (2007). O autor segue afirmando que:

Marx jamais defendeu saída de reformas, de persuadir os grandes capitais – matriz de toda depredação – ou de “pressão” parlamentar sobre os governos do grande capital. Tampouco imaginou qualquer saída burocrático-produtivista, com os trabalhadores submetidos, portanto qualquer perspectiva que usurpasse a direção dos trabalhadores, a democracia operária, em nome do socialismo. Processos desse tipo, no final das contas, só levariam como a história já demonstrou, a aprofundar e ampliar a miserável relação do capitalismo com a natureza, já que **sem** a democracia dos trabalhadores e seus aliados pobres, a sociedade continua alienada de si e da natureza. (p.77)

Podemos constatar que milhões de pessoas passam fome em todo o mundo, e logo, fazem políticas, projetos e campanhas para acabar com a fome. Mas, como solucionaremos o problema se não questionarmos o fato contraditório de que o mundo produz sete vezes mais a quantidade de alimentos que a população da terra poderia consumir?

Por que não questionar os grandes capitalistas, responsáveis por essa produção, que preferem jogar os alimentos no lixo para que não diminuam os seus lucros, deixando milhões de pessoas condenadas à morte por não terem dinheiro para ter acesso ao alimento, produzido com o intuito de ser comercializado para gerar lucros, como qualquer outra mercadoria? Como não questionar que 10% dos indivíduos mais ricos do mundo, detêm propriedade de 85,2% da riqueza mundial, enquanto que, os 50% mais pobres do mundo são donos de apenas 1% da riqueza global?¹

De tal modo, pretendemos “chamar à reflexão sobre a pertinência e a atualidade do instrumental marxista de crítica à crise ambiental”, tendo como perspectiva um novo mundo, uma nova forma de sociabilidade, onde os produtores associados garantam uma relação integral entre os homens, e entre os homens e a natureza (Dantas, 2007).

¹ Informações extraídas do site:
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/03/090324_desigualdadeestudo_rw.shtml

Essa nos parece ser a única perspectiva dentro da qual a crítica ecológica[...] pode tornar-se uma crítica revolucionária, radicalmente ecológica, que contribua ativamente para o combate dos trabalhadores pelo poder, única via, vale repetir, de solução da crise ambiental e de todas as outras crises engendradas pelo modo capitalista de produção.(DANTAS, 2007, P. 113)

Notas conclusivas

Segundo Foster (2005), o Marxismo possui uma vantagem potencial ao lidar com a totalidade do mundo, precisamente por assentar-se sobre uma teoria social materialista e enfatizar “as prévias condições material-produtivas da sociedade,” demonstrando como estas estão ao serviço da delimitação da liberdade, das possibilidades da formação essencialmente humana, e também, pelo materialismo “jamais ter perdido de vista a necessária relação destas condições materiais com a história natural, ou seja, com uma concepção materialista² de natureza” principalmente em Marx e Engels.

Nesta perspectiva materialista, de caráter necessariamente histórico, é que Marx irá delimitar as possibilidades concretas de retomarmos o curso da história humana, e sairmos da pré-história, a qual vivemos, fundado em uma divisão entre sujeito e objeto, matéria e espírito, engendrando, historicamente, a falha sociometabólica, e tolhendo o processo de autorealização do gênero humano (Marx, 2004; Tonet, 2005).

A partir de seus estudos em Marx, Dantas (2007) afirma que “a maioria dos homens – os que trabalham e geram riquezas – foi política e economicamente expropriada pela classe que não trabalha e vive do trabalho alheio”. Foi a partir dessa constatação que o autor brasileiro apontará que, para possibilidade viável e concreta de um processo emancipatório, é imperativo o atrelamento das lutas (inclusive a ecológica) à emancipação dos próprios trabalhadores,

não como se dissesse respeito somente à emancipação deles, mas porque na sua emancipação está encerrada a [emancipação] humana universal. Mas esta [última] está aí encerrada porque a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação. (Marx, 2004, p88)

² Cabe lembrar que o materialismo em Marx, supera uma concepção mecanicista da matéria, presentes em materialista como Feuerbach. Para estes, conforme Tonet, o mundo é reduzido a uma realidade exterior ao homem, “despido de subjetividade”. Ao compreender a unidade indissolúvel entre a matéria e espírito, consciência e realidade, subjetividade e objetividade, Marx supera não apenas uma filosofia materialista como também o idealismo filosófico.

A luta organizada dos trabalhadores, aqueles que transformam a natureza e produzem a base material (sustentáculo na construção da realidade material e espiritual humana), atrelada a uma análise materialista histórico-dialética da realidade, é “uma luta de reconciliação da humanidade consigo mesma”, e só desse modo, será conduzida, a “reconciliação da humanidade com a natureza” (DANTAS, 2007), ou em outros termos, a supressão da falha metabólica e o estabelecimento de um metabolismo social destinado à autoconstrução humana. Tal luta se dará por meio de um processo fundamentado no trabalho livre do atual controle sociometabólico do capital, e também de qualquer outra forma que estabeleça uma contradição com essa atividade de inserção ativa e consciente, permitindo que o trabalho venha desempenhar efetivamente sua função social de força motriz do desenvolvimento da história humana.

Sem a emancipação definitiva da atividade humana às amarras do capital, o homem jamais poderá ter uma relação metabólica equilibrada com a natureza, e a educação, que possibilita aos homens apropriar e desenvolver suas reais potencialidades, jamais será integral e emancipadora. Pois, para isto, a mesma deve assentar-se em uma perspectiva crítica, sustentado no materialismo histórico-dialético, que aponta objetivamente a raiz e a superação dos problemas sociais, como a degradação da natureza, e em uma educação que possibilite a formação verdadeiramente humana, realização possível somente em uma sociedade liberta do capital, regida pela força coletiva dos produtores associados.

Referências bibliográficas

DANTAS, G. **Natureza atormentada, marxismo e classe trabalhadora**. Brasília: UnB, 2011.

DANTAS, G. **Marxismo e ecologia: uma relação dialética**. 2007

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

FOLADORI, G. **O Metabolismo com a Natureza**. Disponível em www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/05folad.pdf. Acesso em dezembro de 2011.

FOLADORI, G. O capitalismo e a crise ambiental. In: **Revista Outubro**, Nº. 5. Disponível em: www.revistaoutubro.com.br. Acesso em abril de 2011.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Trad. de Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOSTER, J. B. A questão Ambiental em Marx; tradução Patricia Vieira Trópia. In: **Revista Crítica Marxista**: V. I, tomo 4/ I revisão Leonor Estela I. São Paulo: Xamã, 1997.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**; tradução de Maria Teresa Machado. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOSTER, J. B.; CLARCK, B. Dossiê: imperialismo, ecologia e crise estrutural. *A dialética do metabolismo socioecológico: Marx, Mészáros e os limites absolutos do capital*. In: **Margem a Esquerda** nº 14, 2009, p. 21.

JIMENEZ, Susana V. Consciência de classe ou cidadania planetária? Notas críticas sobre os paradigmas dominantes no campo da formação do educador. In: **Educação**. Vol. 22, pp. 57-72. Maceió, EDUFAL, 2005.

JIMENEZ, S. V.; TERCEIRO, E. A crise ambiental e o papel da educação: um estudo fundado na ontologia marxiana. In: **Revista Educação em Revista** (UFMG). Vol. 25, N.3, dez/2009.

JIMENEZ, S. V.; MENDES SEGUNDO, M. D. Erradicar a pobreza e reproduzir o capital: notas críticas sobre as diretrizes para a educação do novo milênio. In: **Cadernos de Educação**. Pelotas: UFPEL, 2007.

IPCC. **Report on Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change Adaptation**. Disponível em www.ipcc.ch. Acessado em maio de 2012.

LESSA, S.; TONET, I. Introdução a Filosofia de Marx – 1.ed – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LUKÁCS, G. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. In: **Temas em Ciências Humanas**, n.4. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.

MARX, K. Trabalho Estranhado e Propriedade Privada. In. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, K. O capital: crítica da economia política: livro I: Tradução de Reginaldo Sant Anna. – 24 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MÉSZÁROS, I. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. In: Revista Outubro, Nº. 4, p.7-16, 2000. Disponível em: www.revistaoutubro.com.br. Acesso em Abril de 2011

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005